

Sumário

Lista de Abreviaturas e Siglas	IX
Prefácio	1
1 Introdução	3
2 Mecanismos Extrajudiciais de Solução de Conflitos e Direito Administrativo	7
2.1 Mecanismos extrajudiciais de solução de conflitos	11
2.1.1 Negociação, mediação, conciliação, arbitragem e dispute boards.....	12
2.1.2 Arbitragem na Lei n.º 9.307/1996, com redação da Lei n.º 13.129/2015	14
2.1.3 Dispute boards.....	22
2.1.4 Mediação na Lei n.º 13.140/2015	25
2.2 Administração Pública	35
2.2.1 Administração Pública direta	37
2.2.2 Administração Pública indireta	39
2.2.2.1 Autarquias	40
2.2.2.2 Fundações Públicas.....	42
2.2.2.3 Empresas públicas e sociedades de economia mista	44
2.2.2.3.1 Regime jurídico das empresas públicas e sociedades de economia mista.....	47
2.2.2.3.2 Empresas estatais prestadoras de serviços públicos e exploradoras de atividade econômica.....	49
2.3 Princípios aplicáveis	57
2.3.1 Princípios da Lei n.º 13.140/2015.....	57
2.3.2 Princípios da supremacia e da indisponibilidade do interesse público	64

2.3.3 Princípio da proteção da confiança	70
2.3.4 Colisão entre princípios	74
2.3.4.1 Autonomia da vontade versus indisponibilidade.....	81
2.3.4.2 Confidencialidade versus publicidade e acesso à informação	83
3 Soluções Alternativas de Controvérsias Aplicáveis à Administração Pública	89
3.1 Compatibilidade da solução alternativa com a Administração Pública.....	91
3.2 Sistema multiportas e eficiência da gestão pública	94
3.3 Esforço regulatório e a pandemia do coronavírus	101
3.4 Competência e escolha do mecanismo.....	105
3.4.1 Câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos	109
3.4.2 Redação da convenção de arbitragem pela Administração Pública.....	120
3.4.3 Negócio jurídico processual	125
4 Releitura Constitucional do Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público Aplicável às Empresas Estatais	129
4.1 Aplicação do princípio da indisponibilidade nas estatais com e sem prerrogativas da Fazenda Pública	132
4.2 Arbitrabilidade e empresas estatais	137
4.2.1 Arbitragem de direito nas estatais com prerrogativas fazendárias.....	144
4.2.2 Arbitragem de direito ou de equidade nas estatais exploradoras de atividades econômicas	144
4.3 Autocomposição de conflitos que tenham pessoa jurídica de direito público como parte.....	145
4.4 Arbitragem institucional em conflitos da Administração Pública.....	148

4.4.1 Caso Concessionária Move São Paulo S/A versus Estado de São Paulo	155
4.4.2 Suprimento judicial de cláusula compromissória vazia e arbitragem institucional	156
4.4.3 Caso Itaquitinga	160
4.4.4 Caso SABESP versus Franca Expansão S/A	161
4.4.5 Caso Petrobras versus ANP	162
4.4.6 Arbitragem ad hoc envolvendo o Estado de São Paulo	162
4.5 Jurisprudência administrativa da CCAF/AGU	164
4.5.1 Conflitos julgados pela CCAF	169
4.5.2 Acordo entre CCAF e Philips	172
4.5.3 Controvérsia entre a Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron) e a Secretaria da Receita Federal (SRF)	173
5 Conclusão	175
Referências	177